

ESTUDOS
Sociedade e Agricultura

Estudos Sociedade e Agricultura

ISSN: 2526-7752

estudoscpda@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Brasil

Bruno, Regina
Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa
entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro
Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 29, núm. 2, 2021, Junio-Septiembre, pp. 461-502
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-9>

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599970113010>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional

DOL: 10.36920/esa-v29n2-9

 Regina Bruno¹

Em homenagem a Adão Pretto (PT/RS).

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica das relações entre adversários políticos no Congresso Nacional quando está em jogo o debate a respeito do rural. Buscamos analisar a disputa política entre ruralistas e petistas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Procuramos mostrar que a disputa política é parte de uma intrincada e abrangente rede de relações sociais, políticas, culturais, históricas e simbólicas. Estar presente no terreno do adversário faz parte da disputa.

Palavras-chave: disputa política; legislativo; Congresso Nacional; bancadas parlamentares; representação de interesses; Partido dos Trabalhadores; Frente Parlamentar da Agropecuária.

Abstract: (*The Parliamentary Agricultural Front (FPA)*: a dispute arena between *Ruralistas* and *Petistas* in the Brazilian National Congress). The purpose of this paper is to ponder over dynamics within the relationships between political opponents in the Brazilian National Congress, specifically when debating on rural development. I aim to analyse the political dispute between *Ruralistas* and *Petistas* in The Parliamentary Agricultural Front (FPA). I intend to display this feud as a broad and complex net of social, political, cultural, and symbolic relationships. Being on the opponent's ground is part of the dispute.

Keywords: political dispute; Legislative; National Congress; parliamentary caucuses; representation of interests; Workers' Party; Parliamentary Agricultural Front.

¹ Socióloga. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: regina_bruno@yahoo.com.br.

Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a dinâmica das relações entre adversários políticos no Legislativo brasileiro nas últimas décadas quando está em jogo o debate sobre o rural. Procurei analisar a disputa política entre ruralistas e petistas integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA),² uma das mais importantes instâncias políticas de organização e de representação de interesses patronais rurais e do agronegócio no Legislativo (BRUNO, 1996, 2009; XAVIER, 2015). Busquei entender qual o lugar do rural e da agropecuária nos debates parlamentares, especialmente as posições divergentes entre “ruralistas” e “petistas”, que expressam, dentre outros aspectos, visões distintas e conflitantes sobre o uso da terra e propostas de políticas públicas.

A busca por uma melhor compreensão da sociedade brasileira, o diálogo com os autores que estudam o tema, as orientações de teses e dissertações e a rica interlocução em sala de aula instigaram-me a ampliar a reflexão sobre a ação e a representação das classes e grupos sociais dominantes no campo e sobre outras dimensões e problemáticas igualmente relevantes como o papel da disputa política entre parlamentares ruralistas e petistas no Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados.

Procurei mostrar que a disputa política é parte de uma intrincada e abrangente rede de relações sociais, políticas, culturais, históricas e simbólicas. Dependendo da conjuntura e dos interesses em jogo, fomenta tanto um entrelaçamento quanto um distanciamento entre atores, instâncias, narrativas e ações. Ou seja, faz parte da política e da disputa política estar presente, lutar por espaço com os adversários mesmo onde se é minoria, como é o caso do Parlamento, ou quando o adversário está muito ancorado em suas trincheiras. Significa ter uma visão dinâmica do espaço, debater, argumentar, persuadir, aprender a avançar e a recuar quando necessário, mesmo em situações em que não detém a hegemonia.

Como veremos, as principais divergências e disputas entre ruralistas e petistas integrantes da FPA concentram-se prioritariamente em temas e questões historicamente identificadas com as reivindicações do Partido dos Trabalhadores (PT) e bandeiras dos movimentos sociais de lutas por terra e por direitos como a problemática fundiária e agrária e seus desdobramentos: a política de reforma agrária, de regularização fundiária; o debate sobre o novo Código Florestal (SEVÁ, 2016); o direito ao território pelos povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, pescadores, comunidades de fundo de pasto,

² Frentes Parlamentares são “associações suprapartidárias” compostas por “pelo menos um terço” do Poder Legislativo Federal. Têm como objetivo “promover o aprimoramento do legislativo sobre determinado setor da sociedade”. Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005).

pequenos agricultores, entre outros, novos adversários do patronato rural, mas sem perder de vista seus inimigos históricos, como é o caso do Movimento dos Sem Terra); o licenciamento ambiental; as medidas relacionadas à preservação do meio ambiente e demandas e reivindicações dos movimentos sociais populares de lutas por terra e por direito; as proposições em defesa da democratização da propriedade da terra e a crítica às medidas que defendem o monopólio e a concentração da propriedade como fundamento do agronegócio. Ou seja, divergências ancoradas na história e trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) e que conflitam com os interesses ruralistas (LIMA, 2020). Além desses aspectos, também faz parte das disputas entre parlamentares ruralistas e petistas, a crítica às propostas e medidas que privilegiam tão somente o patronato rural e o agronegócio como a liberação seletiva de crédito e subsídios, a isenção de pagamentos e o perdão das dívidas contraídas junto ao governo.

Por sua vez, as convergências e identidades entre parlamentares ruralistas e petistas integrados à FPA dizem respeito sobretudo à esfera de valores morais (LAGÜÉNS, 2012) e à internalização de determinados *habitus* (BOURDIEU, 1983; ELIAS, 1997; BRUNO, 2002, 2012) relacionados a credos religiosos, legalização e criminalização do aborto, papel da família na política, apoios e medidas relativas às bases eleitorais e ao estado de origem, notas de pesar, comemorações e calamidades. Parlamentares ruralistas e petistas também se aproximam e se identificam quando internalizam e incorporam uma cultura política marcadamente patriarcal (FAORO, 1989; MARTINS, 1994; AGUIAR, 2000; FERREIRA *et al.*, 2014) e conservadora (MANNHEIM, 1986).

A trajetória de cada um(a) também alimenta as disputas políticas e divergências, os acordos e as negociações. Parlamentares são pessoas de uma determinada região, religião, com experiências de vida, amizades, afetos e reciprocidades. Como aponta Novaes, “ao se aproximar da política os atores sociais levam consigo sua vida privada, seus sentimentos, suas crenças religiosas, sua concepção de bem e de mal” (NOVAES, 1997, p. 71).

Dessa perspectiva procurei conhecer quem são os parlamentares envolvidos nesse processo de disputa, suas atividades representativas de classe, associativas e conselhos, a participação em comissões no Congresso Nacional e em outras frentes parlamentares além da FPA.³ Por fim, busquei mostrar que, dependendo da conjuntura, a disputa política incentiva o não cumprimento de normas, regras e procedimentos legalmente instituídos e definidos como responsabilidade do Poder Legislativo. É o caso da tentativa dos parlamentares ruralistas de transformar as reuniões da FPA em espaço de

³ A principal referência empírica da pesquisa é a biografia de deputados e senadores do legislativo federal disponibilizada pelo site do Congresso Nacional. A biografia é uma fonte importante de pesquisa porque passa pelo crivo cuidadoso dos parlamentares.

debate e de decisão sobre projetos de lei e emendas, sobrepondo-se às normas e às atribuições legalmente definidas pelo Congresso Nacional.⁴ Um exemplo são as decisões que ocorrem nas reuniões de algumas frentes parlamentares, nas quais são debatidas e deliberadas algumas tramitações sem a presença dos integrantes das Comissões (Permanentes, Especiais, Externas, Mistas, Parlamentares de Inquérito), Grupos de Trabalho ou Conselhos do Congresso Nacional. As reuniões da FPA numa mansão do Lago Sul em Brasília, não por acaso denominada pela mídia de “o endereço do poder do Agro” expressam tal prática:

Todas as terças, a partir do meio-dia, o entra e sai de carros na mansão 19 do conjunto 08 da QI 10 do Lago Sul, bairro nobre de Brasília, agita a vizinhança. Deputados, senadores, dirigentes de instituições do agronegócio e jornalistas se encontram na mansão para, saboreando uma deliciosa comida caseira, discutir temas que preocupam o setor e a economia do País. O tradicional almoço promovido pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é um dos principais pontos de encontro do poder do agronegócio em Brasília. Ali se reúnem parlamentares de quase todos os partidos, ministros de Estado, dirigentes de entidades setoriais, produtores e empresários. Até presidentes da República já passaram pela mansão para participar do convescote. Esse pedacinho do Lago Sul poderia até ser batizado de “Agro Sul”, por abrigar boa parte do PIB do agronegócio na capital federal. (VELLOSO, 2019)

Tal postura dos ruralistas foi um dos motivos para reforçar a presença de parlamentares petistas na FPA como espaço de disputa política, acesso aos debates, às negociações e às decisões. Uma presença recentemente reforçada em decorrência da decisão do governo Jair Bolsonaro de retirar dos partidos políticos e passar para as bancadas temáticas o poder de indicação de ministros (VELLOSO, 2019). Ou seja, não bastava participar da estrutura formal do Poder Legislativo: deputados e senadores perceberam que não poderiam ficar indiferentes às estratégias de poder. Apesar das dificuldades e riscos, era fundamental fazer-se presente no terreno do adversário. Decidiram ocupar as vagas oficialmente destinadas ao PT na FPA.

Como fundamento analítico da reflexão, busquei dialogar com a noção de configuração (ELIAS, 2008). Isto é, configurações de poder, fundadas no pertencimento e interdependência entre pessoas e grupos sociais, entre aliados e adversários que se definem e se enfrentam na relação que os negam. Configuração definidora das redes de sociabilidade e de poder. A noção de configuração me

⁴ No decorrer dos trabalhos da Constituinte de 1988, Ronaldo Caiado, então presidente da União Democrática Ruralista (UDR) – movimento patronal que despontou durante a Nova República em reação à Proposta do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e às lutas por terra e pela reforma agrária – foi presença ativa nos gabinetes do Congresso Nacional: uma força extraparlamentar na elaboração de emendas, definição de posições. Houve uma inversão de papéis: eram os parlamentares constituintes politicamente afinados com a UDR que faziam fila para falar com Ronaldo Caiado.

permitiu relativizar o costume de pensar o parlamentar exclusivamente voltado para seus interesses de classe: o *homo clausus*, o indivíduo fechado sobre si mesmo, o eu desprovido de um nós (ELIAS, 1994).

De uma importância ímpar, os estudos sobre patronato rural, tanto a reflexão dos precursores (REIS, 1982; MEDEIROS, 1982; MARTINS, 1983; SILVA, 1991; BRUNO, 1997; MENDONÇA, 1997, 2010; CORADINI, 2010) quanto os estudos mais recentes que seguem em frente e inovam (BEZERRA, 1999; BONELLI, 2005; STEDILE, 2005; VIGNA, 2007; SEVÁ, 2008, 2016; LACERDA, 2009; HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010; CASTILHO, 2012, 2018; PICCIN, 2012; XAVIER, 2015; GASPAROTTO, 2016; COSTA, 2017; MONTEIRO, 2017; FERNANDES, 2018; LERRER, 2018; ALENTEJANO, 2019; RAUBER, 2019; CARNEIRO, 2020; GALVÃO, 2020; GERHARDT, 2020; LIMA, 2020; POMPEIA, 2021; SANTOS, 2021) em muito contribuíram para a elaboração deste artigo. Dentre os aspectos mais relevantes, destaquei a preocupação em conhecer e entender as classes e grupos sociais no campo como processos relacionais, como diria Thompson (1987); o cuidado sobre como pensar e definir analiticamente as frentes parlamentares (*lobby* ou grupo de interesse?); a tentativa de buscar acompanhar *pari passu* a composição, distribuição partidária e regional, trajetória política, entre outras; a preocupação em perceber a relação entre as frentes parlamentares e partidos políticos e sobre como se dá a construção de uma nova retórica de legitimidade e de poder, bem como em procurar analisar novas subjetivações e significações simbólicas, dentre outros aspectos igualmente relevantes. E, o mais importante, caminhar na contracorrente à hegemonia do agronegócio e mergulhar na reflexão na reflexão crítica que não se confunde com o discurso denúncia, mas que busca as razões.

Com relação ao discurso dos parlamentares ruralistas, até recentemente, seus argumentos não conseguiam incorporar um dos traços fundantes das classes e grupos dominantes no capitalismo, qual seja, apresentar seus interesses corporativos e de classe como interesses do conjunto da sociedade. Com a hegemonia do agronegócio, houve uma mudança no discurso, expresso na mensagem “Agro é tudo”.

A Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA

As frentes parlamentares multipartidárias, mais conhecidas como “bancadas”, fazem parte de uma intrincada rede social e de poder. Expressam um processo de institucionalização de interesses e inicialmente resultaram sobretudo de uma conjuntura de transição política, num contexto de redemocratização. Dependendo da

conjuntura, as frentes parlamentares podem apresentar-se mais fortes do que as bancadas partidárias.

Grupos que unem opositoristas e governistas, as frentes parlamentares podem ter mais peso do que as bancadas de partido nas votações no Congresso, para quem a convicção e a orientação no caso dos parlamentares ruralistas são guiadas, em plenário, pelos interesses dos financiadores de campanha. (FLEISCHER, 2006)

Por sua vez, a maior ou menor presença de adversários políticos em uma mesma Frente Parlamentar acompanha sua criação e consolidação no Congresso Nacional. Se na origem a tendência foi de fechamento, concebido como fundamental à identidade e à legitimação do grupo, da categoria e do setor, visando à garantia de homogeneidade de posições e de interesses partidários e de classe, nas últimas décadas, um movimento de abertura das frentes foi se constituindo juntamente com sua legalização e multiplicação e acompanhou *pari passu* a retomada das atividades e o fortalecimento do Poder Legislativo. Ou seja, as frentes não são uma imposição unilateral da vontade de um grupo, de um setor ou de uma classe social como muitas vezes costumam apresentar-se. Mesmo aquelas que publicamente se autodefinem como “puro sangue”,⁵ “sem misturas” e “sem cruzamentos”, bem ao estilo da retórica ruralista, na realidade são heterogêneas, diversificadas e estratificadas com relação a profissões, trajetórias, posições e privilégios.

Com o encerramento da Constituinte de 1988 e em virtude da multiplicação das frentes parlamentares, abriu-se um debate no Congresso Nacional sobre a necessidade de regulamentá-las. O fim da informalidade e sua regulamentação em 2005 pelo Congresso Nacional, instituindo algumas regras, em especial o multipartidarismo e a exigência legal de assinatura de pelo menos um terço dos parlamentares como condição para criação de uma frente, contribuíram para algumas mudanças em seu perfil, funcionamento e na dinâmica das negociações políticas, em especial, o imperativo de uma maior flexibilização e uma maior necessidade de acordos e de negociações entre os partidos políticos sobretudo com relação às regras e aos acordos sobre as vagas legalmente destinadas aos partidos políticos.⁶

Ao mesmo tempo em que contribuíram para pôr em xeque a suposta homogeneidade política e a identidade de interesse de todos os membros da Frente – argumento caro aos parlamentares ruralistas para comprovar a força política do patronato rural e

⁵ A tendência ao fechamento não se restringia às frentes parlamentares: “a CAPADR é a nossa casa”, anunciavam os parlamentares ruralistas (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007). A CAPADR é a sigla da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

⁶ A exigência de registro formal também estabeleceu algumas medidas sobre a utilização do espaço físico da Câmara dos Deputados para a realização de reuniões, a contratação de pessoal e o fornecimento de passagens aéreas. Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005 (BRASIL, 2005).

agroindustrial e, mais recentemente, do agronegócio (“Somos todos ruralistas!”) – suas lideranças apregoavam cotidianamente a defesa do ruralismo como concepção de mundo (GRAMSCI, 1972).

Além disso, novos artifícios foram sendo instituídos pelos ruralistas, dentre eles o suposto da interdependência entre frentes e comissões parlamentares que fazem parte da estrutura legal do funcionamento do Legislativo; as tentativas, na maioria das vezes exitosas, de considerar, indistintamente, como se fossem iguais e tivessem os mesmos propósitos, todos os parlamentares membros de uma frente; a exigência de um terço dos parlamentares para constituir uma frente; a demanda por medir o poder político de uma frente pelo número de seus membros.⁷

A legalização e a normatização das frentes também contribuíram para a construção de uma mesma linguagem como parte da identidade de seus signatários. Uma linguagem que incorpora, mas transcende os preceitos partidários. Por exemplo: considerar a ofensiva como melhor defesa; priorizar o parlamentar militante e classista, aquele que se situa acima das orientações partidárias; o empenho em se apresentar coeso, homogêneo e enfileirado em torno dos mesmos objetivos; omitir as derrotas sofridas e enunciar as vitórias conquistadas; valorizar a mobilização de rua como recurso de poder; apropriar-se de uma ritualística dos movimentos sociais de luta pela terra (a mística, bandeiras, hinos, distribuição de alimentos e cultos, entre outros); desqualificar, ameaçar e criminalizar seus adversários políticos e, quando necessário, valorizá-los e procurar ganhá-los com base em um discurso salvacionista em defesa do agronegócio, considerado “a riqueza da nação” ou a discriminação das “urbes” para com todos aqueles que vivem no campo, sejam grandes ou pequenos.

Nas últimas legislaturas, a interdependência e a intercambialidade de atividades e de funções entre a FPA e a estrutura organizativa do Congresso Nacional, constituída por comissões permanentes, especiais, externas, CPIs, grupos de trabalho, entre outros, tornaram-se cada vez mais frequentes. Esse foi um dos motivos da presença de parlamentares do Partido dos Trabalhadores na FPA, ao perceberem que cada vez mais as discussões e decisões estavam sendo tomadas nas reuniões da frente.

...na reunião se discute tudo de maneira muito transparente e democrática, deputados de diferentes ideologias: “Simbolicamente, o

⁷ Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), são considerados membros potenciais da Bancada Ruralista os deputados e senadores que declararam entre as suas principais fontes de rendas alguma forma de renda agrícola. Entretanto, o número de integrantes da bancada ruralista transformou-se em objeto de disputa política que nem sempre segue e acata o documento oficial. De modo geral, temos a lista oficial do Congresso Nacional, a lista da própria FPA, que busca ampliar o máximo seus membros, a listagem do INESC e, mais recentemente, a listagem elaborada pelo grupo “De olho nos ruralistas”.

deputado passa a pertencer a um partido. É o partido do agronegócio, do setor produtivo rural, de alimentos. Os estatutários quando entram na Frente assumem o compromisso de defender os interesses do setor produtivo rural. Isso é feito de forma independente e democrática”. As reuniões-almoço da FPA já contaram com a presença de ministros do governo Temer, como Geddel Vieira Lima, discutindo temas como a revisão da demarcação de terras indígenas e a compra de terras por estrangeiros. Ou Moreira Franco, para tratar de licenciamento ambiental. (CASTILHO, 2016)

A FPA, inicialmente denominada Frente Parlamentar de Apoio a Agropecuária (FPAA), despontou em 2002 reivindicando para si a representação de “todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional”. E prometia também estimular a ampliação de políticas públicas em favor do desenvolvimento do agronegócio nacional.

A Frente Parlamentar de Apoio a Agropecuária FPAA é uma entidade associativa que defende interesses comuns, constituída por representantes de todas as correntes de opinião política do Congresso Nacional. A FPAA tem como objetivo estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional (Art. 1º).⁸

Destacavam-se como objetivos acompanhar os rumos da política oficial de desenvolvimento da “agricultura nacional”; incentivar o intercâmbio com o parlamento de outros países “visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas” e “influir no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional, visando o aperfeiçoamento da legislação existente”.⁹

Composta inicialmente por lideranças ruralistas históricas, algumas próximas à União Democrática Ruralista (UDR),¹⁰ a FPA agregou vários parlamentares que participaram da Constituinte de 1988. São os “embriões da bancada ruralista” (BRUNO, 2017). Dentre eles, Gonzaga Patriota (PSB/PE), membro da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher;¹¹ José Santana de Vasconcelos (PR/MG); Max Rosenmann (PMDB/PR); e Marcondes Gadelha (PSB/PB), senador constituinte suplente da Subcomissão Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias da Comissão de Ordem Social.

Integravam a FPAA da 52ª Legislatura (2003-2007) parlamentares do núcleo histórico dos ruralistas. São os “capas-preta”, os “cardeais” do ruralismo. Dentre eles,

⁸ Disponível em: www.fpaa.com.br. Acesso em: ago. 2007.

⁹ Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária. Disponível em: www.fpaa.com.br. Acesso em: ago. 2007.

¹⁰ Movimento patronal rural que surgiu durante a Nova República em reação a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária e às lutas por terra (BRUNO, 1996).

¹¹ Câmara dos Deputados. Documento produzido em 19/5/2007, 17h40 (SILEG – Módulo Deputados). Acesso em: maio 2007.

Luiz Carlos Heinze e Darcisio Perondi (MDB/RS) que até hoje permanecem como membros da FPA.

Quadro 1 – Principais lideranças na Frente Parlamentar de Apoio à Agricultura (FPAA) – 52ª Legislatura (2003-2007)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Abelardo Lupion	PFL	PR
Afonso Hamm	PP	RS
Darcisio Perondi	PMDB	RS
Dirceu Sperafico	PP	PR
Homero Pereira	PPS	MT
Luiz Carlos Heinze	PP	RS
Valdir Colatto	PMDB	SC
Moacir Micheletto	PMDB	RS
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Osmar Serraglio	PMDB	PR
Ronaldo Caiado	DEM	GO

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

Dentre os parlamentares ruralistas destaca-se Luiz Carlos Heinze, liderança de grande visibilidade política nacional e “militante” da Frente. Ao longo dos anos, marcou presença em comissões permanentes voltadas para três grandes temas: Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Fiscalização Financeira e Controle. Também participou das seguintes comissões especiais mais diretamente ligadas aos interesses ruralistas: PEC nº 215/2000 – Demarcação de Terras Indígenas; PL nº 0827/2015 – Lei de Proteção de Cultivares; PEC nº 491/2010 – Proíbe imposto sobre insumos; PL nº 5627/2013 – Terrenos da Marinha; PEC nº 58/2003 – Alienação de Terras; PL nº 1.876/1999 – Código Florestal Brasileiro; PL nº 2.401/2003 – Biossegurança; PL nº 4.828/1998 – Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes; Crise da Parmalat. Ainda como parte de sua atuação nas comissões especiais, Luiz Carlos Heinze foi presença ativa na PL nº 5332/2009, que cria o Pão Brasileiro; PL nº 6.264/2005 – Estatuto da Igualdade Racial; ALCA – Área de Livre Comércio das Américas; PL nº 3722/2012 – Disciplina Normas sobre Armas de Fogo. Participou ainda

das seguintes comissões externas: Pesca Predatória e Trabalho Escravo no Litoral Sul do Brasil; Reserva Indígena Raposa Serra do Sol; Morte de Crianças Indígenas por Desnutrição; e relator da Reserva Roosevelt.

Embora não seja uma liderança de expressão nacional, a atuação política de Max Rosenmann (PMDB/PR), empresário e advogado, merece ser destacada sobretudo por ser considerado por seus pares, para quem o bom político é aquele que se faz presente em todas as instâncias do Congresso Nacional, uma das principais referências de prática política nas últimas legislaturas. Rosenmann foi membro tanto de comissões e conselhos considerados estratégicos na defesa dos interesses patronais rurais e do agronegócio quanto daquelas cujos temas sinalizavam para disputas políticas mais diretamente ligadas à questão do meio ambiente.¹² Destacam-se: a Comissão de Agricultura; Agricultura Familiar; do Assalariado Rural; Café; Pecuária de Corte e Leite; Proálcool e Pesca. Também participou das Comissões da Indústria Têxtil e do Vestuário; da Frente Nacionalista; da Comissão de Adoção, entre outras. Foi do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e coordenou o Simpósio sobre a Crise Mundial dos Alimentos. Parlamentares do perfil de Max Rosenmann são conhecidos como os “olheiros” do Legislativo.

Cioso de suas atividades políticas, Rosenmann faz questão de informar em sua biografia as distinções e as homenagens recebidas; os votos de louvor pelos relevantes serviços prestados; as congratulações, as placas de agradecimento; e a participação em atividades externas como representante da Câmara dos Deputados.¹³

Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Max Rosenmann, em sua atuação na Constituinte de 1988, “votou contra a participação popular no processo legislativo. (...) Foi forte opositor das conquistas sociais dos trabalhadores e votou contra a reforma agrária” (DIAP, 1988, p. 380).

¹² Comissões permanentes do Meio Ambiente e Minorias; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Comissões Especiais da PEC n° 603/1998, Terrenos de Marinha Prioridade. CPI Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica. Câmara dos Deputados. Documento produzido em 26/5/2007, 15h06 (SILEG – Módulo Deputados). Acesso em: maio 2007.

¹³ Foram arrolados na biografia as seguintes homenagens e distinções: Benemérito da Colônia de Pescadores de Guaratuba; Cavalheiro da Boca Maldita (PR), Diretor Lojista do Ano (1983), Voto de Louvor pelos serviços prestados ao Hospital de Clínicas; Sócio Honorário, Associação dos Revendedores de Veículos Automotores do Estado do Paraná; Cidadão Benemérito de Curitiba e de várias cidades e municípios. Homenagem da Câmara Municipal de Curitiba com Diploma de Louvor, Aplausos e Efusivas Congratulações pela expressiva votação no pleito de 1998; Placa em agradecimento do Clube dos Idosos Unidos Venceremos, Espigão Alto do Iguaçu, PR, Representante da Câmara dos Deputados no lançamento do Satélite Galaxy III R, Cabo Canaveral, EUA, 1995 e na III Conferência da Família, A Voz das Famílias no Diálogo entre as Civilizações, Paris, França. Câmara dos Deputados. Documento produzido em 26/5/2007, 15h06 (SILEG – Módulo Deputados). Acesso em: maio 2007.

Os ruralistas da 52^a Legislatura participavam da representação sindical patronal legal (CNA, Federações e Sindicatos); da Federação de Associações por produto, além de serem filiados a sindicatos dos médicos, dos médicos veterinários, dos engenheiros agrônomos. Também eram membros do Clube do Plantio Direto do Arroz, do Comitê de Fruticultura, Cooperativas Agropecuárias e Cooperativas de Crédito Rural. Participam, ainda, da Federação das Associações dos Municípios, União Nacional dos Legislativos Estaduais, Conselho de Desenvolvimento Conselho Político da Frente Popular (FAP), Conselho Juventude, Grêmio Estudantil do Colégio Agrícola e Diretório Acadêmico de Agronomia e Conselho do Sport Club Internacional.

‘Marcar presença no terreno do adversário’, decidem os ruralistas

A FPA também estabeleceu como objetivo primeiro construir barreiras institucionais legais para sustar, vetar, neutralizar determinadas demandas e reivindicações consideradas prejudiciais aos seus interesses. O PT foi considerado o maior adversário político dos ruralistas em virtude do seu perfil, seu enraizamento social e apoio aos movimentos de luta por terra e por direitos. Por isso seus membros decidiram participar em duas frentes parlamentares caras ao PT: a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar (FPAF) e a Frente Parlamentar em Defesa da Terra, Território e Biodiversidade, Agricultura Familiar Camponesa, Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Frente Parlamentar da Terra (FPT).

Os parlamentares ruralistas na 52^a Legislatura sentiam-se ameaçados pela existência dessas duas frentes parlamentares, em especial a FPT, seja por suas propostas e bandeiras fincadas na crítica à concentração e ao monopólio fundiário, seja porque dava maior visibilidade e trazia para debate temas políticos considerados “perigosos” pelos ruralistas como a destruição do meio ambiente, os perigos dos alimentos transgênicos, os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais e a defesa de uma reforma agrária, seja ainda por conseguir aglutinar em torno de si um número expressivo de parlamentares do PT e da “esquerda”. Numa conjuntura marcada pelo fortalecimento dos movimentos sociais de lutas por terra e o surgimento do agricultor familiar como sujeito político (MEDEIROS; PICOLOTTO, 2017). Além disso, a presença de Adão Pretto (PT/RS) era considerada uma afronta e um perigo para os ruralistas no Congresso Nacional.

Quadro 2 – Parlamentares ruralistas na Frente Parlamentar da Agricultura Familiar (FPAF) – 52ª Legislatura (2003-2007)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Aníbal Gomes	PMDB	CE
Darcísio Perondi	PMDB	RS
Edinho Bez	PMDB	SC
Edmar Moreira	DEM	MG
Félix Mendonça	DEM	BA
Francisco Rodrigues	DEM	RR
Gonzaga Patriota	PSB	PE
Homero Pereira	PR	MT
João Magalhães	PMDB	MG
João Matos	PMDB	SC
João Pizzolatti	PP	SC
José Santana de Vasconcellos	PR	MG
Jusmari Oliveira	PR	BA
Leonardo Picciani	PMDB	RJ
Marcondes Gadelha	PSB	PB
Milton Monti	PR	SP
Nelson Marquezelli	PTB	SP
Nelson Meurer	PP	PR
Osvaldo Reis	PMDB	TO
Paes Landim	PTB	PI
Pompeu De Mattos	PDT	RS
Valdir Colatto	PMDB	SC
Wellington Fagundes	PR	MT
Zonta	PP	SC

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

A presença de ruralistas na Frente Parlamentar da Terra é bem mais restrita. Integraram-se a ela os deputados ruralistas Pompeu de Mattos (PDT/RS), Gonzaga Patriota (PSB/PE), João Matos (PMDB/SC), Marcondes Gadelha (PSB/PB) e Osvaldo Reis (PMDB/TO).

Pompeu de Mattos é grande pecuarista da região noroeste do Rio Grande do Sul, à época uma região de pecuária extensiva e de pequenos agricultores. Na atual legislatura também é integrante da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais, com participação popular, e das Comissões Permanentes Legislação Participativa.

Gonzaga Patriota, “advogado e administrador de empresa”, foi deputado constituinte pelo PMDB. Em 1995, participou, como titular, da Comissão Especial sobre Bacias Hidrográficas do Semiárido. Posteriormente foi membro titular da comissão da PEC nº 250/2000 Recursos Hídricos Destinados à Irrigação; da PEC nº 524/2002, relacionada à Revitalização Bacia do São Francisco; do PL nº 1.673/1996, Doação de Açudes pelo DNOCS; do PL nº 1.210/1995, Política Nacional do Petróleo. Quanto a Comissões Externas, foi membro da Comissão sobre Conflitos de Terra no Pontal do Paranapanema, em São Paulo; da Comissão sobre Enchentes no Nordeste; e coordenador da Comissão sobre Situação das Famílias na Fazenda Safra.

João Mattos (PMDB/SC) se define como administrador de empresas e professor. Foi suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural; da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Seguridade Social e Família. Foi membro da Comissão Especial da PEC nº 58/2003, sobre Alienação de Terras.¹⁴

Quadro 3 – Parlamentares ruralistas na Frente Parlamentar da Terra (FPT) – 52ª Legislatura (2003-2007)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Gonzaga Patriota	PSB	PE
João Matos	PMDB	SC
Marcondes Gadelha	PSB	PB
Oswaldo Reis	PMADB	TO
Pompeo De Matos	PDT	RS

Fonte: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>.

A presença de parlamentares ruralistas na FPAF e na FPT é parte de uma ofensiva patronal cujo objetivo consiste em apropriar-se de temas de seu interesse, de questões da conjuntura e também antecipar-se, assumindo novos temas, sob a justificativa de formalização das frentes com vistas ao aprimoramento do Poder Legislativo, para então

¹⁴ Documento produzido em 19/5/2007, 17h53 (SILEG – Módulo Deputados).

determinar o que deveria ou não ser objeto de debate.¹⁵ Havia também a preocupação em aproximar-se das associações por produto e multiproduto e incorporar os pleitos das cadeias agroindustriais. É o caso do registro de frentes voltadas para a fruticultura, avicultura, carvão mineral, dentre outras. A FPA constituiria um guarda-chuva de referência para as demais frentes, sobretudo a defesa, inegociável, da concentração e monopólio da propriedade da terra.

A Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (FPAF)

A Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (FPAF), também conhecida como Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, é “constituída por representantes de todas as correntes de opinião do Congresso Nacional com vistas à promoção de políticas públicas, aprimoramento da legislação nacional e fortalecimento da agricultura familiar”,¹⁶ como estabelece o artigo 1º do seu estatuto.

Nos objetivos da FPAF são demarcadas as principais divergências com os parlamentares ruralistas:

Estimular a participação ampla e democrática da sociedade nas discussões ligadas ao tema; defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais e promover, apoiar e acompanhar a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária; promover ações com vistas à promoção de políticas públicas e aprimoramento da legislação federal para o fortalecimento da agricultura familiar na área da política agrícola, seguro, previdência, cooperativismo solidário, crédito e habitação rural, e pedagogia da alternância.¹⁷

Também faz parte dos objetivos da FPAF:

Realizar seminários, eventos, debates e articular e integrar as atividades da FPAF com as ações do Governo ou da sociedade civil, voltadas para o tema do desenvolvimento rural sustentável. Estimular e valorizar a participação ampla e democrática da sociedade nas discussões ligadas ao tema da Frente. Defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. Promover, apoiar e acompanhar a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária.¹⁸

¹⁵ Dentre as Frentes Parlamentares registradas na 52ª Legislatura por parlamentares ruralistas figuram: Avicultura (Carlos Batata), Fruticultura (Jorge Khoury), Pró-Biocombustíveis (Carlos Mendes Thame), Apoio à Agropecuária (Moacir Micheletto), Regularização Fundiária dos Estados da Amazônia (Dr. Rodolfo Pereira), Defesa do Carvão Mineral (Francisco Turra e Yeda Crucius), Defesa da energia de Fontes Renováveis, Defesa do Leite e defesa dos pequenos e médios laticínios do Brasil (Capitão Wayne), Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural Pública (Oswaldo Reis). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes52.asp>. Acesso em: 9 ago. 2020.

¹⁶ Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar. Brasília, 11 de junho de 2007.

¹⁷ Congresso Nacional. Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (Brasília, 11 de junho de 2007).

¹⁸ Congresso Nacional. Estatuto da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar (Brasília, 11 de junho de 2007).

Com relação à filiação partidária, há nela uma clara predominância do PT (52 parlamentares).¹⁹ Em segundo lugar, o PMDB (31 parlamentares). Os parlamentares ruralistas da FPA sentiram-se ameaçados tanto pela história de vida de deputados petistas quanto pelo perfil do partido, prioritariamente organizado por bairros, por profissões e por categorias sociais. Um partido ainda enraizado nos movimentos populares. Num segundo bloco, temos o PSB (19 parlamentares), PSDB (17 parlamentares), DEM (14 parlamentares) e PP (14 parlamentares). PDT, PTB e PR contam respectivamente com 13 parlamentares membros da FPAF. Enquanto o PV conta com 10 parlamentares integrantes da FPAF.

A respeito da atividade profissional, a grande maioria se autodefine como professor (38 parlamentares), empresário (33 parlamentares), advogado (29 parlamentares) e médico (26 parlamentares). Com relação às demais profissões, chama a atenção os que se apresentam como agropecuarista (10 parlamentares), agricultor familiar (7 parlamentares), engenheiros (13 parlamentares), funcionário público (13 parlamentares) e agrônomos (6 parlamentares).

Dentre as reivindicações da FPAF, destacam-se a garantia de recursos para a agricultura familiar, financiamento dos produtos da cesta básica e seguro-desemprego para os trabalhadores. Recorrentemente defendem os povos indígenas e denunciam a destruição do meio ambiente.

Na composição da FPAF por estado, Minas Gerais (29 parlamentares) e São Paulo (23 parlamentares) predominam. A seguir temos Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, respectivamente, com 15 parlamentares cada. Um terceiro bloco compreende Bahia (14 parlamentares), Santa Catarina (13 parlamentares), Pernambuco (12 parlamentares) e Ceará (10 parlamentares). Quanto às demais unidades da Federação, encontram-se distribuídas entre quatro a nove parlamentares cada.

Com relação à representação, destaca-se a participação em sindicatos, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Frente Sul da Agricultura Familiar, Movimento dos Atingidos por Barragens, Encontros da Juventude Rural. Ainda como parte de suas atividades

¹⁹ Deputados: Assis do Couto – PT/PR, Antônio Carlos Biffi – PT/MS, Anselmo de Jesus – PT/RO, André Vargas – PT/PR, Carlos Santana – PT/RJ, Carlito Merss – PT/SC, Carlos Abicalil – PT/MT, Carlos Wilson – PT/PE, Décio Lima – PT/SC, Devanir Ribeiro – PT/SP, Domingos Dutra – PT/MA, Edson Santos – PT/RJ, Eduardo Valverde – PT/RO, Elismar Prado – PT/MG, Eudes Xavier – PT/CE, Fernando Ferro – PT/PE, Guilherme Menezes – PT/BA, Iriny Lopes – PT/ES, Janete Rocha Pietá – PT/SP, Jilmar Tatto – PT/SP, João Paulo Cunha – PT/SP, José Airton Cirilo – PT/CE, José Guimarães – PT/CE, Joseph Bandeira – PT/BA, Luiz Couto – PT/PB, Magela – PT/DF, Marco Maia – PT/RS, Maria do Carmo Lara – PT/MG, Maria do Rosário – PT/RS, Maurício Rands – PT/PE, Miguel Corrêa da Silva Júnior – PT/MG, Nelson Pellegrino – PT/BA, Nilson Mourão – PT/AC, Odair Cunha – PT/MG, Paulo Pimenta – PT/RS, Paulo Rocha – PT/PA, Paulo Rubem Santiago – PT/PE, Paulo Teixeira – PT/SP, Pedro Eugênio – PT/PE, Pedro Wilson – PT/GO, Praciano – PT/AM, Reginaldo Lopes – PT/MG, Rubens Otoni – PT/GO, Vander Loubet – PT/MS, Vicentinho – PT/SP, Vignatti – PT/SC, Virgílio Guimarães – PT/MG, Walter Pinheiro – PT/BA, Zé Geraldo – PT/PA, Zezéu Ribeiro – PT/BA. Documento produzido em 18/8/2007, 12h32 (SILEG – Módulo Deputados).

políticas partidárias predomina a participação em seminários relacionados à defesa de direitos: Direito à Saúde e Reforma do Estado; Direitos da Criança e Adolescentes; Direito Agrário e Meio Ambiente; Direitos Humanos e Segurança Pública; Políticas Públicas e Relações de Trabalho; Realidade e Perspectivas das Comunidades Indígenas; Associação e Cooperativas; Trabalho e Cidadania; Movimentos Sociais e Desobediência Civil; Problemas Habitacionais, além da militância em pastorais: Operária, do Menor, do Adolescente e da Terra. Também tem presença em fóruns: em defesa dos meninos de rua, Fórum Social Mundial, dentre outros.

Uma das principais divergências existentes entre ruralistas e petistas dizia respeito à questão indígena, às medidas relativas à preservação do meio ambiente, à problemática fundiária e à violência no campo. Se, de um lado, os ruralistas evitavam entrar em conflito com os petistas sobre as medidas de política agrícola, em particular a tributação de insumos, maquinários e produtos, custos de produção e necessidade de uma maior fiscalização dos órgãos públicos, de outro, nos temas e proposições sobre o meio ambiente, a terra e os povos indígenas e populações tradicionais, transgênicos, violência no campo, a postura era ofensiva (BRUNO, 2002, 2003, 2012). Um exemplo foi o encaminhamento de proposições reivindicando que fossem sustadas as portarias do Ministério da Justiça homologando a demarcação de terras indígenas.

Frente Parlamentar da Terra (FPT)

A Frente Parlamentar em Defesa da Terra, Território e Biodiversidade: Agricultura Familiar Camponesa, Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável ou Frente Parlamentar da Terra define como objetivo primeiro a promoção da reforma agrária, a expansão da agricultura familiar camponesa e o cumprimento integral da função social da terra.

Seguir uma agenda de atividades e ações parlamentares que incentivem e acelerem políticas públicas referentes ao pequeno agricultor familiar, o meio ambiente, os direitos humanos, reconhecimento de território de povos tradicionais e cumprimento da Constituição Federal no que se refere à função social da Terra.²⁰

Em segundo lugar, propunha-se a promover a biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e o reconhecimento do direito ao território dos povos tradicionais: indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, ribeirinhos, entre outros (PEREIRA, 2018). A FPT também defendia um novo modelo energético,

²⁰ “A FPT será lançada nesta terça, logo após um debate sobre o papel do parlamento na questão agrária”. Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: ago. 2007.

reivindicava o fim do trabalho escravo, o estímulo à biodiversidade, a promoção do cooperativismo e da economia solidária.

A bandeira da reforma agrária sempre esteve presente desde a criação do PT, figurando como um dos principais pontos programáticos do partido.²¹ Mesmo com a diversidade de forças políticas existente no seu interior, buscava-se agregar e unificar o conjunto das lutas sociais no campo.

A FPT é considerada por seus idealizados uma resposta aos movimentos sociais camponeses que cobravam mais participação do Legislativo nas questões da agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento sustentável.

Movimentos que estão sempre necessitando de apoio no Parlamento, e nós que estamos nessa linha de frente, sempre estamos atrás dos deputados para participar dessa audiência, participar deste ou daquele plenário, então surgiu a necessidade de se fazer uma frente parlamentar. (ADÃO PRETTO – PT/RS)²²

Em seu manifesto de criação, a FPT reconhecia a importância das Ligas Camponesas, chamava a atenção para a diversidade das lutas no campo e defendia a reforma agrária como um mecanismo fundamental para uma real democratização da sociedade brasileira.

(...) Esta reforma é mais do que uma simples política assistencial de combate à pobreza, pois a produção familiar, camponesa, indígena, quilombola, extrativa é uma alternativa de produção econômica ao Brasil, a qual assegura a reprodução dos grupos sociais, a segurança/soberania alimentar e a preservação da biodiversidade.²³

Do ponto de vista da filiação partidária, a Frente Parlamentar da Terra aproxima-se do perfil da FPAF, contudo com algumas diferenças. A presença de parlamentares do PT (79 parlamentares) é mais expressiva. Em segundo lugar, temos o PMDB (19 parlamentares) e o PSB (16 parlamentares). A seguir temos o PV (9 parlamentares) e o PSDB (8 parlamentares). Num terceiro patamar aparecem o PCdoB, PDT e PP, respectivamente com 7 parlamentares cada. Os demais partidos PMN, PR, PSOL e PTB, PAN, PPS, PHS, PSC, PTC e sem partido variam entre um e quatro parlamentares.

Os estados de São Paulo (28 parlamentares) e Minas Gerais (22 parlamentares) concentram o maior número de parlamentares membros da FPT. A seguir temos Rio de

²¹ No processo de legalização do PT destacavam-se como bandeiras: direito de greve; autonomia sindical; estabilidade no emprego, reforma agrária, contra a repressão aos trabalhadores, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, extensão das conquistas dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. Defendia-se também “um partido sem patrões, democrático, de luta e de base” (VAINER, 1995).

²² Deputados ligados à agricultura familiar lançam Frente da Terra. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/282552-deputados-ligados-a-agricultura-familiar-lancam-frente-da-terra-2004/?pagina=50>. Acesso em: 9 abr 2007.

²³ Disponível em: www.inesc.org.br. Acesso em: jun. 2007.

Janeiro (18 parlamentares), Rio Grande do Sul (12) e Bahia (11). Os demais estados da Federação variam entre um e sete parlamentares.

Com relação à profissão, a maioria dos parlamentares integrantes da FPT se autodefine como advogado (36 parlamentares), professor (28 parlamentares) médico (27) e empresário (17). Em segundo lugar, temos economista (8 parlamentares), funcionário público (8 parlamentares) radialista (7) e atividade ligada à terra (6). As demais profissões variam entre um a seis parlamentares membros da FPT.

Expressão do embate e da disputa política com os parlamentares ruralistas, a Frente da Terra volta sua crítica a três principais pontos caros aos ruralistas: a aquisição de terras por estrangeiros, o trabalho escravo contemporâneo e os índices de produtividade da agricultura. A tendência à estrangeirização de terras era objeto de tensão entre ruralistas e petistas. Em requerimento, a FPT solicitava a relação, por estado, da área total dos imóveis rurais registrados em nome de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e também a relação dos imóveis adquiridos nos últimos quatro anos.²⁴ Outra demanda prioritária dizia respeito à PEC nº 438/2001, que permite a expropriação de áreas com comprovada existência de trabalho escravo. E, finalmente, atualização dos índices de produtividade, defasados há décadas. Segundo a FPT, diante dos avanços tecnológicos, a revisão do índice de produtividade permitiria ampliar a área para a reforma agrária.²⁵

Ou seja, FPAF e FPT, mesmo despontando como espaços próprios e diferenciados, aproximam-se em vários aspectos. Em inúmeras ocasiões votavam igual sobretudo nos momentos de enfrentamento com os parlamentares ruralistas. Nessas situações, mal se distinguia uma Frente da outra.

Em defesa de seus projetos e de suas bandeiras, cada uma das frentes procurava ressaltar a sua concepção de agricultura e suas prioridades, sinalizando divergências e disputas. Para a FPA, a prioridade maior é o desenvolvimento da agricultura “nacional”, a consolidação do agronegócio. Para a FPAF, o fundamental é a defesa da agricultura familiar. Para a FPT, o importante é a agricultura camponesa. Além disso, enquanto para os ruralistas organizados na FPA, a prioridade consistia no acompanhamento e verificação da aplicabilidade da política oficial de desenvolvimento da agricultura, a FPAF defendia como prioridade a promoção de políticas públicas e o aprimoramento da

²⁴ “Ultimamente, temos verificado um crescente interesse do capital estrangeiro pelo agronegócio brasileiro”, afirmava Dr. Rosinha (PT/PR) no momento do lançamento na FPT. “Este processo pode tornar-se lesivo aos interesses nacionais, por colocar nas mãos de estrangeiros uma parcela cada vez maior da reserva de valor associada aos negócios agrícolas, seja por se demonstrar extremamente prejudicial, do ponto de vista do controle nacional sobre o uso de recursos naturais estratégicos” – *Deputado questiona posse de terra por estrangeiros no país*. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2007/05/21/deputado-questiona-posse-de-terras-por-estrangeiros-no-pais/>. Acesso em: ago. 2007.

²⁵ Os índices de produtividade foram calculados pela última vez com base no Censo Agropecuário de 1975. A mudança de cálculo, possível por meio de uma portaria interministerial, era vista pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) como condição para a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA).

legislação federal com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, enquanto a FPT reivindicava a implementação de uma reforma agrária como meio para desconcentrar a propriedade da terra e desestimular o êxodo urbano.

Ainda sobre o perfil dos parlamentares petistas membros da FPAF e da FPT, figura, em primeiro lugar, a participação em conselhos deliberativos, consultivos, nacionais, estaduais, municipais, universitários, de educação e pastoral.²⁶ E também a atuação em conselhos comunitários e de ONGs como o Conselho da ONG Terra Azul (CE), Conselho Comunitários de Vila Velha (BA), Conselho Social Consultivo da Pastoral Operária. Em segundo lugar, encontra-se assinalada a atividade sindical. Além dos sindicatos dos trabalhadores rurais, vários parlamentares registraram a filiação em outros sindicatos, federações e confederações. Por exemplo, metalúrgicos, ferroviários, urbanitários, bancários, profissionais da educação, dentre outros. É expressiva a presença nas diferentes instâncias da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também foi registrada a participação na Alternativa Sindical (CE).

Em terceiro lugar, temos a participação em movimentos sociais, comitês e associações: Movimento Nacional Atingidos por Barragens, Movimento de Evangelização Rural, Movimento de Promoção da Mulher, Movimento de Crianças e Adolescentes, Comitê de Combate à Fome e à Miséria. No caso das associações predominam as de moradores e de entidades beneficentes, embora também apareçam associações dos prefeitos.

Os parlamentares petistas da FPAF e da FPT ainda registraram a participação na Frente Sul da Agricultura Familiar, Pastoral da Terra, da Juventude, da Juventude do Meio Popular, Operária, Fundo Social de Solidariedade e integrantes do Comando de Greve. Ou seja, um perfil muito próximo aos traços originais do PT, de seu enraizamento político e da conjuntura dos anos 1980 e 1990.

De modo geral, a biografia dos parlamentares petistas do período retrata um momento rico, com debates, encontros, palestras e seminários nacionais e internacionais sobre agricultura familiar. A Frente Sul da Agricultura Familiar é particularmente atuante. Os debates eram quase sempre associados a temas como desenvolvimento sustentável, microfinanciamento, combate à fome, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Merece ser ressaltada a postura política e a liderança de Adão Pretto. Ele foi uma figura ímpar no exercício do mandato parlamentar e muito contribuiu na defesa dos trabalhadores rurais, agricultores familiares, Sem Terra, pobres do campo e das cidades.

²⁶ Dentre os mais frequentes temos os seguintes Conselhos: do trabalho, previdência social, educação, alimentação escolar, do Instituto Florestan Fernandes (SP), Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar, Orçamento Participativo, Defesa da Criança e do Adolescente, Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão. Portal da Câmara dos Deputados. Biografia.

Denunciou a prática e propósitos das elites patronais rurais e agroindustriais. Sempre manteve uma postura agregadora, procurando incorporar ao debate a representação dos trabalhadores rurais, dos camponeses e agricultores familiares e trazer para debate porta-vozes do poder público e o patronato rural.

No Congresso Nacional, Adão Pretto marcou presença nas comissões parlamentares caras aos ruralistas, tais como: Agricultura e Política Rural; Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Meio Ambiente; e na Comissão Direitos Humanos e Minorias (de 2005 a 2009). Também foi membro de comissões permanentes consideradas politicamente estratégicas como, por exemplo, Defesa Nacional; Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle. Sempre atento e defensor da participação da sociedade civil, Adão Pretto presidiu a Comissão de Legislação Participativa (CLP), criada em 2001, com o objetivo de facilitar a participação da sociedade no processo de elaboração legislativa.

A sua atuação tanto nos dá uma ideia das bandeiras políticas da FPT como espelha as reivindicações dos movimentos sociais de luta por terra e por direitos: reforma agrária, ocupações de terra, assentamentos rurais, direitos dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros; violência contra trabalhadores e trabalhadoras rurais; assassinatos de lideranças de movimentos sociais populares; aquisição de terras por estrangeiros; exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas; pela desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Ele também chama a atenção para questões como transgênicos, biossegurança, dentre outros.

Adão Pretto foi liderança emblemática, representante dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e dos agricultores e das agricultoras familiares. Esteve presente em várias Comissões Especiais: PL nº 1.610/1996, Exploração Recursos Terras Indígenas; PEC nº 84/1991, Recursos para Irrigação da Ilha de Marajó; Crise da Parmalat; PEC nº 412/2001, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; PEC nº 618/1998, Patrimônio Genético; PLP nº 167/2000, Estatuto da Terra; PL nº 2.401/2003, Biossegurança; PL nº 4.828/1998, Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes. Também foi membro da Comissão sobre a PEC nº 7/1999 que trata das Ações Trabalhistas; PEC nº 20/1995, sobre Parlamentarismo; PEC nº 53/1999, Sistema Financeiro; PEC nº 179/1999, Aposentadoria Compulsória; PEC nº 227/2004, Reforma da Previdência; PEC nº 294/1995, Benefícios aos Ex-Integrantes do Batalhão de municípios e nº 534/2002, Guardas Municipais, dentre outros. Participou ainda das CPIs sobre a atuação do IBAMA; atuação da FUNAI, Crise no Setor Produtivo da Borracha; Desperdício de Alimentos; Privatização do Setor Elétrico e Violência no Campo, além do Grupo de Trabalho sobre Mata Atlântica.

Ruralistas e petistas na 56ª Legislatura (2019-2023)

A conjuntura dos últimos anos retrata um momento difícil para os povos indígenas e comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, agricultores familiares e suas lideranças e organizações de representação, perante a uma ofensiva patronal rural e do agronegócio contra as reivindicações e movimentos sociais na luta por direitos. Dentre os elementos da conjuntura, destaca-se o apoio dos ruralistas e do agronegócio a Jair Bolsonaro, atual presidente da República. Não são arranjos eleitoreiros, mas um momento de construção de um projeto político. Ou seja, mais que uma vitória eleitoral, estamos diante de uma vitória política. É nesse contexto, particularmente desfavorável ao PT e à oposição, que se acirra a disputa política entre parlamentares petistas e ruralistas na FPA.

Quadro 4 – Parlamentares Petistas na 56ª Legislatura (2019-2023)

Nome Parlamentar	Partido	UF
Leonardo Monteiro	PT	MG
Nilto Tatto	PT	SP
Odair Cunha	PT	MG
Pedro Uczai	PT	SC
Reginaldo Lopes	PT	MG
Rubens Otoni	PT	GO
Valmir Assunção	PT	BA
Zeca Dirceu	PT	PR

Fonte: Brasil (2019b).

Os parlamentares petistas da 56ª Legislatura integrantes da FPA se autodefinem como engenheiros, economistas bancários, servidores públicos, consultores, professores, advogados, administradores e empresários. A maioria está no quinto mandato, ou seja, há 20 anos no exercício da política parlamentar. A maioria permaneceu filiada ao PT. A fidelidade ao partido e ao seu programa político é um dos traços do PT desde sua origem.

Dentre as Comissões Permanentes do Congresso Nacional vemos, em primeiro lugar, a participação dos parlamentares petistas integrantes da FPA na Comissão de

Constituição e Justiça e de Cidadania, amiúde presidida por parlamentares ruralistas como Daniel Vilela (PMDB/GO), Rodrigo Pacheco (DEM/MG), coordenador jurídico da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Osmar Serraglio (PMDB/PR), um dos relatores da PEC nº 215/2000, que delega exclusivamente ao Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas, e Artur Lira (PP/AL), agropecuarista, titular da Comissão Especial PEC nº 215/2000.

Em segundo lugar, vemos a participação dos parlamentares petistas nas comissões de Legislação Participativa; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Educação; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Em terceiro, nas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Desenvolvimento Urbano; Turismo e Comissão de Cultura.

Na estrutura institucional do Congresso Nacional, a CAPADR é, sem dúvida, o lugar prioritário dos ruralistas na Câmara dos Deputados. “É a nossa casa”, dizem. Uma casa que acolhe, referenda e encaminha sob a forma de PECs e PLs debates e decisões da FPA. Desde a 48ª Legislatura (1987-1991), a presidência da CAPADR é composta predominantemente por parlamentares ruralistas.²⁷ Sua gênese e trajetória sinalizam para uma história das alianças e identidade de interesses entre setores produtivos dominantes e a exclusão e dificuldade de acesso dos demais produtores e trabalhadores.

Os ruralistas mais antigos na Casa costumam se concentrar nas comissões consideradas politicamente estratégicas: Finanças e Tributação; Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ). Contudo, em razão da importância cada vez maior da problemática ambiental, vários ruralistas passaram a integrar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).²⁸

²⁷ Dentre os ex-presidentes da CAPADR constam nomes de ruralistas históricos como: Roberto Balestra (PP/GO), agropecuarista e empresário; Lazaro Botelho, (PP/TO), pecuarista e empresário; Irajá Abreu (PSD/TO), empresário e produtor rural; Giacombo (PR/PR), empresário; Abelardo Lupion (DEM/PR), agropecuarista e empresário; Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), médico; Ronaldo Caiado (PFL/GO), médico, professor e produtor rural; Leonardo Vilella (PP/GO); Dirceu Sperafico (PPB/RS), agropecuarista, bacharel em Direito e filósofo; Luís Carlos Heinze (PPB/RS); Neuson Meurer (PPB/PR), agropecuarista; Waldemir Moka (PMDB/MS), médico e professor; Nelson Marquezelli (PTB/SP), agricultor e empresário; Odelmo Leão (PPB/SC), bancário e produtor rural; José Egreja (PTB/SP), agricultor, agroindustrial e arquiteto. Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdeic/conheca-a-comissao/presidencia/galeria-de-presidentes>. Acesso em: nov. 2019.

²⁸ Compõem a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) os ruralistas integrantes da FPA (56ª Legislatura) Celso Maldaner (MDB/SC), Mário Schreiner (DEM/GO) e Pedro Lupion (DEM/PR), dentre outros. Também faz parte Ricardo Isar (PP/SP) que participou da FPAF (53ª Legislatura). Na Constituinte de 1988, Ricardo Isar “votou com a UDR contra a reforma agrária (...) e levou um penico ao Plenário da Constituinte para compará-lo ao presidente da CUT”. Fonte DIAP, (1988, p. 635). Pelo PT integram a CMADS: Nilto Tatto (PT/SP), Frei Anastácio Ribeiro (PT/PB) e Aírton Faleiro (PT/PA). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/conheca-a-comissao/membros>. Acesso em: nov. 2019.

Um importante espaço de disputa entre ruralistas e petistas hoje é a Comissão Especial que trata da PEC nº 215/2000, que transfere do governo federal para o Congresso Nacional a competência para realizar a demarcação das terras indígenas (RAUBER, 2019) cujos debates e tramitação foram acompanhados por mobilizações e vigílias dos povos indígenas e seus aliados.

Eu tenho convicção de que os povos indígenas não têm muito o que comemorar, primeiro, porque a FUNAI está praticamente destruída. O Governo Michel Temer destruiu a FUNAI que era o órgão responsável pela agilização da política indígena; segundo, porque esta Casa ainda continua com o debate da PEC 215 e que literalmente acabará com a possibilidade de demarcação e terras indígenas no Brasil. Os índios continuam lutando por saúde, por educação, por demarcação das terras indígenas. Apesar de os índios não terem muito o que comemorar, eles precisam continuar lutando pelos seus direitos, pelo direito à cultura, pelo direito de ser índio no Brasil, Sr. Presidente. (Valmir Assunção – PT/BA, parlamentar integrante da FPA em reunião da Comissão Especial PEC 215/2000 em 2017)²⁹

Vários ruralistas integram a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Gonzaga Patriota (PSB/PE) faz parte da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

As Comissões Especiais sinalizam para atividades parlamentares e também refletem alguns aspectos da relação entre ruralistas e petistas no terreno da grande política institucional. A maioria dos parlamentares petistas integrantes da FPA na 56ª Legislatura divide o espaço com os ruralistas em Comissões Especiais (para análise de PECs e PLs) sobre Demarcação de Terras Indígenas (PEC nº 215/2000), Lei de Proteção de Cultivares (PL nº 0827/2015); Proibição Imposto Sobre Insumos; Alienação de Terras (PEC nº 58/2003); Código Florestal Brasileiro (PL nº 1.876/1999); Bacias Hidrográficas. Todas mostram divergência e tensão entre os dois grupos.

Parlamentares ruralistas e petistas também participam e disputam politicamente nas comissões: Recursos Destinados à Irrigação (PEC nº 368/2009); Cerrado – Patrimônio Nacional (PEC nº 115/1995); Mineração (PL nº 0037/2011); Política Nacional Redução Agrotóxicos (PL nº 6670/2016); Agroindústria e Produtor Rural; Revitalização Bacia do São Francisco (PEC nº 524/2002); Código Aduaneiro do MERCOSUL.

Divergem em especial sobre temas como Proteção de Cultivares (PL nº 0827/2015), que prevê que o agricultor pague *royalties* não apenas no momento da compra das sementes, mas também na safra seguinte, caso utilize parte da colheita para novo plantio. Além disso, o agricultor não poderá utilizar essas sementes sem a autorização

²⁹ <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=081.3.55.O&nuQuarto=20&nuOrador=2&nuInsercao=13&dtHorarioQuarto=12:32&sgFaseSessao=&Data=19/04/2017>.

expressa da empresa detentora da cultivar, alertava Nilto Tatto (PT/SP), para quem a proposta põe em risco a soberania alimentar, onera todos os produtores agrícolas e amplia os direitos das grandes empresas transnacionais detentoras das propriedades intelectuais que recebem *royalties* por suas sementes.³⁰

É expressiva a presença de petistas e de ruralistas em comissões voltadas para propostas sobre Polícia Civil e Militar, como as comissões sobre unificação das polícias; isenção fiscal para associações de militares (PEC nº 443/2014), proteção social dos militares (PL nº 1645/2019).³¹ É também significativa, entre os petistas, a participação em comissões especiais voltadas para temas relativos às condições de trabalho.³² Temos ainda, a presença de alguns parlamentares petistas em comissões sobre as Reforma Política (PEC nº 182/2007), da Previdência Social (PEC nº 006/2019); sobre a PEC nº 212/2016 – Regime Especial Pagamento Precatórios; Estatuto da Igualdade Racial (PL nº 6.264/2005); Medicamentos Formulados Cannabis (PL nº 0399/2015); ALCA – Área de Livre Comércio das Américas; Transporte como Direito Social (PEC nº 090/2011) e Imunidade Parlamentar (PEC nº 34/1995) e muitas outras. Pedro Lupion integra a comissão sobre a PL nº 1095/2019 – Reclusão por maus-tratos a animais.

Rubens Otoni (PT/GO) foi quem mais participou, nas 54ª e 55ª Legislaturas, de comissões especiais sobre a questão político-partidária e sobre o Poder Legislativo e Judiciário.³³ Também integrou comissões que tratam de regras comportamentais e relações de parentesco, como a PEC nº 106/1999, sobre elegibilidade de cônjuge e parentes para cargos políticos³⁴ e a PEC nº 334/1996, sobre nepotismo. Reginaldo Lopes (PT/MG), Vander Loubet (PT/MS) e Zeca Dirceu (PT/PR) são mais voltados para comissões que debatem os tributos e as fiscalizações.³⁵ Nilto Tatto (PT/SP) é referência no enfrentamento com os parlamentares ruralistas com relação à preservação do meio

³⁰ <https://pt.org.br/proposta-da-bancada-ruralista-poe-em-risco-soberania-alimentar/>.

³¹ Os ruralistas também participam de comissões especiais: PEC nº 289/2000, Incorporação dos Policiais Militares de RO, (PEC 534/02), Guardas Municipais e (PEC nº 338/1996), Regime Constitucional dos Militares.

³² Servidores Ex-Territórios Federais (PEC nº 199/2016), Carreiras Polícia Federal e Outras (PL nº 5865/2016), Carreira da Receita Federal (PL nº 5864/2016, Aposentadoria Compulsória (PEC nº 457/2005), Modificações da Lei nº 12.619 sobre o profissional Motorista, Aposentadoria para Garimpeiro (PEC nº 405/1995).

³³ Coligações eleitorais (PEC nº 548/2002), Abolir o Voto Secreto (PEC nº 349/2001), Tempo Coincidência de Mandatos (PEC nº 077/2003), Sistema Distrital Misto (PEC nº 010/1995), Mandato Eletivo (PEC nº 3/1999), Recomposição das Câmaras Municipais (PEC nº 336/2009), Revisão Constitucional (PEC nº 157/2003), Reelection da Mesa (PEC nº 101/2003), Reforma do Judiciário (PEC nº 358/2005), Processo Eleitoral (PEC nº 446/2005), dentre outras.

³⁴ Comissão especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 106-A, de 1999, que “suprime o § 7º do art. 14 da Constituição Federal” (suprimindo o dispositivo que torna inelegível, no território de jurisdição do titular, cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, do presidente da República, de governador e de prefeito). (PEC nº 106/1999). Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14390>. Acesso em: dez. 2019.

³⁵ PL nº 8456/2017 – Altera a Carga Tributária Subsídios Tributários e Creditícios; PEC nº 045/2019 – Reforma Tributária e (PLP nº 420/2014) Tributação Micro e Pequenas Empresas; PEC nº 241/2016 – Novo Regime Fiscal.

ambiente.³⁶ Ele e Reginaldo Lopes (PT/MG) são os parlamentares que mais investem em questões relacionadas ao meio ambiente e à situação dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Parlamentares petistas também integram outras comissões especiais, igualmente importantes, relacionadas a outros temas e outras divergências com os ruralistas: PL nº 7118/2014, referente à Escola Sem Partido, PL nº 6324/2005, sobre Liberdade de Opinião Ensino Religioso e PL nº 7663/2010, sobre o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.

Nos assuntos relacionados à agricultura e ao rural, as proposições de autoria dos parlamentares petistas da 56ª Legislatura (2019-2023) presentes na FPA mais uma vez se voltam para três temas principais: a questão ambiental, a problemática fundiária e a situação dos povos indígenas e populações tradicionais. Em sua maioria são solicitações de audiências públicas para debater, por exemplo, “o incidente de poluição por óleo da costa e das águas continentais do Nordeste brasileiro”.³⁷ Ou então a realização de seminários para “analisar tendências e dinâmicas recentes do desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, bem como lições de iniciativas voltadas para a sua prevenção e controle”.³⁸ E propõem a instituição do Dia Nacional de Combate às Intoxicações e ao Uso Indiscriminado de Agrotóxico.³⁹

As frentes parlamentares ligadas à Igualdade Racial e Economia Solidária mal aparecem nas alternativas dos ruralistas da 56ª Legislatura e integrantes da FPA.

Além da FPA, destacam-se a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente Ambientalista e a Frente Contra o Aborto. Em segundo lugar, a Frente Contra o Porte de Armas, Exploração do Petróleo, a Frente Parlamentar em Defesa da Regularização Fundiária, e finalmente, a Frente em Defesa dos Povos indígenas.

Os parlamentares petistas da 56ª Legislatura presentes na FPA integram em primeiro lugar, a Frente em Defesa dos Direitos Humanos, a da Igualdade Racial e a Frente em Defesa da Economia Solidária. Em segundo, a Frente em Defesa dos Povos indígenas e a da defesa da regularização fundiária. Em terceiro, a Frente contra o Porte de Armas, a Frente Municipalista e a da Defesa da Exploração Privada de Petróleo. E, por último, a Frente Parlamentar contra o Aborto e a Frente Evangélica.

Por sua vez, os petistas integrantes da CAPADR⁴⁰ que não participam da FPA concentram-se em três principais frentes parlamentares: em Defesa dos Direitos

³⁶ Participa das seguintes comissões especiais: PL nº 6670/2016 – Política Nacional Redução Agrotóxico; PEC nº 215/2000 – Demarcação de Terras Indígenas; PL nº 1610/1996 – Exploração Recursos em Terras Indígenas, Crise Hídrica no Brasil; PEC nº 131/2011 – Agentes Comunitários da Terra, dentre outras.

³⁷ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2225165>.

³⁸ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2223581>.

³⁹ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2222391>.

⁴⁰ São eles: Beto Faro (PT/PA), Elvino Bohn Gass (PT/RS), João Daniel (PT/SE), Marcon (PT/RS), Valmir Assunção (PT/BA).

Humanos, Pela Igualdade Racial e Defesa dos Povos Indígenas. Também participam das Frentes Parlamentares da Economia Solidária; em Defesa da Regularização Fundiária; Evangélica; Ambientalista e da Frente Parlamentar contra o Porte de Armas.

Chama a atenção a homogeneidade existente entre os três grupos (ruralistas, petistas integrantes da FPA e petistas da CAPADR que não fazem parte da FPA) na participação em frentes parlamentares.

Com base no Atlas Político⁴¹ houve, nas últimas legislaturas, uma presença massiva de parlamentares petistas na Frente em Defesa dos Povos Indígenas, superando inclusive as frentes parlamentares que fazem parte da história do partido, como é o caso da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, voltada para questões mais gerais ligadas aos direitos, sinalizando para a situação dos povos indígenas como questão nodal hoje. Despontam com igual peso as seguintes frentes parlamentares: em Defesa da Economia Solidária; em Defesa da Regularização Fundiária; em Defesa dos Direitos Humanos; em defesa da Igualdade Racial e contra o Porte de Armas. Em terceiro, Frente Ambientalista; Frente Evangélica; frente em Defesa da Exploração Privada de Petróleo, que conta com a presença de vários ruralistas; Frente Parlamentarista; Frente Municipalista. E, por último, a Frente Parlamentar contra o Aborto.

Quanto à formação política e à trajetória de representação dos parlamentares petistas da 56ª Legislatura, ressalta-se, em primeiro lugar, a participação em conselhos municipais e de administração, de Defesa do Meio Ambiente, de Trânsito, de Educação Básica, de Política Urbana, de Defesa Civil e de Educação Escolar Quilombola, da União das Câmaras Municipais e associações de vários municípios. Em segundo, em sindicatos e centrais sindicais: dos Bancários, dos Trabalhadores de Papel e Celulose, CUT. E também diretórios acadêmicos de estudantes, colegiados de escolas, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Instituto Socioambiental, Associações de Pais e Mestres, Associação dos Alternativos na Saúde Naturalista e Movimento Pró-Rio Doce. E começa a se consolidar entre os parlamentares petistas uma trajetória predominantemente ligada à participação em conselhos municipais, já presente na FPAF da 52ª Legislatura.

A respeito dos parlamentares ruralistas da FPA, praticamente todos são filiados à estrutura sindical patronal legal de representação, à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, Federações e Sindicatos). Eles se fazem presentes em associações ligadas a atividades produtivas como orizicultores, comitê da fruticultura, clube do plantio direto do arroz e cooperativas agropecuárias. Alguns registraram

⁴¹ Para mais informações sobre a plataforma, ver: <http://atlaspolitico.com.br/quem-somos>.

também a organização e condução em movimentos patronais como o “Alerta do Campo à Nação”, durante a Nova República, o “Caminhão” a Brasília, em 1999, sobre o endividamento dos ruralistas, e a Comitiva de prefeitos gaúchos que foi a Brasília em apoio à Bancada Ruralista. E, por fim, tiveram presença em grêmios estudantis, diretórios acadêmicos, Conselhos Políticos, Conselho da Juventude, Conselho de Desenvolvimento, clube náutico Bancrévea e Conselho do Sport Club Internacional. Como era de esperar, são trajetórias de formação política diferenciadas entre os dois grupos de parlamentares, como diferenciado é o capital social de cada um dos grupos.

Diferenças e divergências entre parlamentares ruralistas e petistas integrantes da FPA

De modo geral prevalecem as diferenças e as divergências entre parlamentares ruralistas e petistas. Uma primeira diferença é o perfil da representação. Para os ruralistas, predomina a representação direta: o pecuarista, arrozeiro, sojicultor, o empresário de indústrias a juzante e a montante da porteira da fazenda, o cafeicultor, o usineiro e produtor de cana que correm em raia própria, mas recorrem a frentes parlamentares quando necessitam. São o “partido da terra” (CASTILHO, 2012), no qual estão presentes os melhores quadros e intelectuais orgânicos do ruralismo e do agronegócio, em que habita a força do discurso político dominante. Os parlamentares petistas se caracterizam pela mediação e a delegação. Prepondera o porta-voz do agricultor familiar, do trabalhador e da trabalhadora rural, muito embora haja um número significativo de agricultores e agricultores familiares, sobretudo nas primeiras legislaturas nas quais o PT esteve presente.

Uma segunda diferença entre os dois grupos é a fidelidade partidária. Com raras exceções, a grande maioria dos petistas nunca se filiou a outro partido. Dentre os ruralistas a situação é inversa.

Uma terceira diferença são os argumentos políticos: o discurso político e as proposições dos parlamentares petistas integrantes da FPA quase sempre retratam a ideia de inclusão social, inserção, democratização e direitos, por exemplo, a legislação participativa. Diante de tragédias ambientais, costumam ocupar instâncias diferenciadas e, conseqüentemente, ter propostas e posições também distintas. É expressiva a presença de parlamentares petistas integrantes da FPA na CPI sobre o Rompimento da Barragem em Brumadinho, como Odair José (PT/MG), Leonardo Monteiro (PT/MG) e Nilto Tatto (PT/SP). Os ruralistas concentram-se na Comissão Externa criada para tratar do desastre. É o caso de José Mario Schreiner (DEM/GO), ex-

presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, em 2008, e vice-presidente da CNA-DF, também em 2008.⁴²

Demarcação de terras indígenas e preservação do meio ambiente encontram-se no centro das divergências. Valdir Colatto (PMDB-SC) e Abelardo Lupion (DEM/PR), integrantes da FPA e da FPAF na 52^a Legislatura, mostraram-se particularmente empenhados em sustar portarias do Ministério da Justiça homologando a demarcação de terras indígenas e reivindicavam uma maior fiscalização dos órgãos públicos. Ao mesmo tempo, reclamavam do peso dos tributos, do valor das taxações e dos altos custos de produção, tanto para eles como para a agricultura familiar.

Os parlamentares petistas da FPAF e da FPT, por sua vez, reivindicavam a garantia de recursos para a agricultura familiar, o estímulo aos financiamentos para os produtos da cesta básica. Ao mesmo tempo, demandavam seguro-desemprego para trabalhadores, chamavam a atenção para a questão indígena, os danos ao meio ambiente e a necessidade de uma reforma agrária como solução para a questão fundiária.

Ruralistas e petistas divergiram no debate sobre a PEC nº 58/2003 (Alienação de Terras), reunindo, de um lado, Eduardo Valverde (PT/AC), Nilson Mourão (PT/AC) e, de outro, João Matos (PMDB/SP), Nelson Marquezelli (PTB/SP) e Odair Zonta (PP/SC).

Os parlamentares petistas sempre se posicionaram manifestamente contra a violência e denunciaram práticas desse tipo, cobrando uma posição do governo e das autoridades competentes. Os parlamentares ruralistas permanecem abertamente a favor da violência. “Para cada fazenda invadida, um padre morto”, declaravam, nos anos 1980, os mais exaltados e ligados à UDR. Uma violência cotidianamente atualizada e naturalizada.

A Igreja Católica é forte pra influir. Ela adora índio suicidado, índio morto, o índio pra Igreja Católica vale milhões de reais, infelizmente. Filma, documenta, leva pra Europa e faz um carnaval dos pobres coitados dos índios, e os alemães enchem a igreja de (...) Todos não, mas principalmente o alemão morre de dó dos índios e manda um mundo de dinheiro que é uma das principais fontes de renda da Igreja Católica hoje” afirma o representante da Acrissul (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007, p. 117)

Em discurso na Câmara dos Deputados, proferido em 24/10/2016, durante debate sobre a reforma da previdência, o ruralista Alceu Moreira (PMDB/RS) chamou de “vagabundos remunerados” os aposentados por invalidez.⁴³ O mesmo parlamentar, em

⁴² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204386/biografia>.

⁴³ Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2016/10/deputado-gaucha-chama-aposentados-de-vagabundos-remunerados/>.

audiência pública sobre demarcação de terras indígenas, realizada em Vicente Dutra (RS), em 2013, já havia declarado:

Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário.⁴⁴

Parlamentares petistas também se diferenciam dos ruralistas pela rara presença em mesas diretoras do Congresso Nacional, marcadamente presidencialista, e pela dificuldade de trazer representantes do governo para audiências públicas, enquanto os parlamentares ruralistas combinam direta e antecipadamente a presença no Congresso Nacional de um determinado ministro de Estado.

Também existem diferenças na participação em comissões e nas proposições. Para os parlamentares do PT, predomina a reivindicação por melhores condições de trabalho, de formação e de educação para trabalhadores, servidores, professores, técnicos, enquanto para as elites ruralistas predomina a defesa do negócio: o setor produtivo, o perdão da dívida, menor taxaço, medidas que garantem o monopólio da terra.

Identities e habitus entre parlamentares ruralistas e petistas

Lado a lado com as divergências políticas e partidárias, parlamentares, ruralistas e petistas aproximam-se nas situações que afetam a agricultura como um todo como, por exemplo, alguns embargos do mercado internacional, o aumento de taxaço por parte do Estado, as restriçoões ao crédito, mesmo que ambos se distanciem ao longo do processo de elaboração de medidas e projetos de lei. Aproximam-se também e participam de uma mesma comissão ou CPI diante de alguns fatos relacionados à região, ao estado ou ao seu município e sua base eleitoral como catástrofes, comemoraçoões de aniversário das cidades, falecimentos de pessoas publicamente reconhecidas (BEZERRA, 1999).

A força das relaçoões de parentesco e a política vista como negócio de família também os aproximam. Dentre os petistas da 56ª Legislatura, integrantes da FPA, Nilto Tatto (PT/SP) tem todos os irmãos envolvidos em política e José Carlos de Beker Oliveira e Silva (PT/PR), o Zeca Dirceu, é filho de uma importante liderança política do PT.

No terreno ruralista, a listagem é mais extensa e os clãs familiares são historicamente conhecidos. Nas legislaturas anteriores destacam-se, pela FPA, Leonardo Picciani (PMDB/RJ) da família Picciani; a deputada federal Elcione Barbalho (PMDB/PA), ex-esposa de Jader Barbalho, ruralista histórico, e mãe do então governador do Pará, Helder

⁴⁴ Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/heinze-quilombolas-gays-e-lesbicas-nao-prestam>.

Barbalho (MDB/PA); Dona Iris de Araújo Resende Machado (PMDB/GO), esposa do político Iris Resende, como faz questão de ser identificada.⁴⁵ Nas legislaturas mais recentes figuram Irajá Abreu (DEM/TO), filho de Kátia Abreu; Beto Rosado (PP/RN), de uma conhecida família de políticos no Rio Grande do Norte; Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), filho do atual presidente da República, Jair Bolsonaro; Pedro Lupion (DEM/PR), filho de Abelardo Lupion, parlamentar ruralista histórico, agropecuarista, empresário, fundador e presidente da UDR do Paraná. Todos são membros da FPA. É comum trazerem consigo parentes e aderentes, “sua gente”, para ocupar as assessorias do mandato. Todas, pessoas “confiáveis” e “qualificadas” para os cargos, como argumentam várias lideranças patronais rurais e do agronegócio e parlamentares por nós entrevistados (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007). Como avalia Florestan Fernandes, em seu livro *A Revolução Burguesa*, somos uma sociedade estamental e clânica (FERNANDES, 2006). É a política como negócio de família (MONTEIRO, 2017).

A religião também os aproxima: carismáticos, evangélicos, católicos (LEITE, 2019). Juntos assistem à missa, participam de cultos e, quando se sentem identificados, votam a favor de proposições favoráveis a seus credos e crenças.

Alguns parlamentares ruralistas e petistas, tanto da FPA como da FPAF e FPT, ao longo de suas trajetórias políticas, tiveram seus nomes na justiça e respondem ou responderam a processos judiciais. Tal procedimento muitas vezes pode significar uma forma de negociação política: acusar alguém para tê-lo sob controle. Os motivos mais frequentes são: o uso indevido do dinheiro público no exercício de cargos públicos; a dificuldade de separar a coisa pública do bem privado; a improbidade administrativa; tráfico de influência na apresentação de emendas orçamentárias; crimes da lei de licitação; ilegalidades na contratação de empresa de publicidade; ilegalidade na contratação de “empresa de fornecimento de materiais para escolas por meio de inexigibilidade ilegal de licitação”; contratação de escritório de advocacia via dispensa irregular de licitação; lavagem de dinheiro; falso testemunho; prática de crimes eleitorais; dano ambiental em área de preservação permanente, por permitir a construção de aterros irregulares e não fiscalizar a correta destinação de esgoto; uso de notas fiscais frias para justificar reembolso de passagens aéreas e correspondências; omissão de bens na declaração à Justiça Eleitoral.

A presença de parlamentares ruralistas na FPAF e na FPT durante a 52ª Legislatura (2003-2007) se fez acompanhar por considerações sobre quem é e o que pensa o agricultor familiar no Brasil. São imagens construídas quase sempre em contraposição a

⁴⁵ Ver: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/de-pai-para-filho-familia-que-esta-ha-196-anos-no-congresso-prepara-dois-sucessores/> e <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/nomeaa-a-es-de-parentes/368631>.

uma autoimagem de si. Enquanto para os ruralistas suas famílias simbolizam a “tradição” e o “patrimônio”, a família do agricultor familiar é concebida como sinônimo de “exploração” e de “trabalho”. Enquanto os primeiros se veem como “lideranças classistas possuidoras de uma representação própria”, o agricultor familiar é considerado um ator passivo, eleitor sempre representado por alguém, mediado. Para a então senadora e empresária pecuarista Kátia Abreu (PDT/TO), ambientalistas, povos indígenas e populações tradicionais são “os conservadores da era pós-moderna”, além de autoritários na ação política, “pessoas afeitas à narrativa de fracassos e de desastres” e, por isso, não percebem a capacidade de adaptação e de superação da sociedade e a marcha geral da civilização”, afirma em seus escritos para o jornal *Folha de S. Paulo*. Ela avalia que as medidas que impõem limites à compra de terras por parte de empresas estrangeiras ou nacionais com controle estrangeiro são uma “sobrevivência de ideias anacrônicas”, “um nacionalismo patético”, “fora de hora”, “carregado de veneno” e de “instintos duramente domados pelos processos civilizatórios”. Exemplo mais acabado de nosso complexo de inferioridade, defende que a “presença de cidadãos e empresas estrangeiras deve ser saudada como algo inteiramente positivo” (...) E arremata que o Brasil perdeu a maior parte do século XX “procurando inimigos externos para justificar a pobreza e atraso”.⁴⁶

Entretanto, na fala dos ruralistas, família significa prioritariamente tradição e patrimônio: “a divisão da terra já foi feita até por via do aumento das famílias e da distribuição de terras dentro das famílias”, argumenta um representante da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e arremata: “a gente brinca aqui que é a reforma agrária feita na cama. Pelos meus avós, pelos meus (pais) que vai dividindo a terra para os filhos”. Ele não foi o único a declarar que reforma agrária se faz na cama. Os porta-vozes da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (ACRISSUL) e da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL repetiram o mesmo argumento (BRUNO; SEVÁ; CARNEIRO, 2007, p. 74)

Enfim, visões de mundo e concepções de sociedade predominantemente marcadas pela posição e a condição de classe (BOURDIEU, 1989). Do ponto de vista dos parlamentares ruralistas, o olhar é construído a partir do prisma do monopólio e da concentração fundiária, do controle, da exclusão, da reafirmação da propriedade, da superioridade e desqualificação do outro. O Estado é como se fosse sua segunda casa. Espaços quase sempre ligados à acumulação, à produtividade, ao lucro, à exclusão do outro, à lógica da alternativa histórica única.

⁴⁶ Ver: Prado, 2018, p. 106.

Uma proximidade também decorre de determinados valores em comum, particularmente quando relacionados à concepção de família, de casamento, de sexualidade, de credo religioso e cultura política. As situações geradoras de tensão e de conflitos não se reduzem à posse ou à propriedade de elementos econômicos e materiais (meios de produção, entre outros) nem se restringem às relações de classe. Da mesma forma, a disputa e as relações de poder, em inúmeras situações, são produto da própria configuração que se institui (ELIAS, 2001, p. 46).

Considerações finais

Como assinalado, ao procurarmos refletir sobre as frentes parlamentares como espaço de disputa política, nosso objetivo primeiro foi retomarmos os pressupostos e atualizarmos o estudo sobre representação e organização de interesses do patronato rural no Brasil para melhor entender a realidade hoje. Nessa retomada, nos deparamos com o PT de nossas primeiras experiências e memórias – um partido que, à semelhança do Partido Trabalhista Inglês, nasceu das lutas e mobilizações de trabalhadores. Um partido de base, preocupado com a construção da “unidade na diversidade”, que procurava dialogar com os sindicatos, associações, núcleos comunitários de bairro e com as diferentes categorias profissionais e, ao mesmo tempo, adaptar-se às exigências legais partidárias e ser voz ativa nos processos eleitorais (VAINER, 1995).

Como vimos ao longo do texto, vários traços e bandeiras ainda se mantêm presentes nas proposições dos parlamentares petistas, constituindo-se em móveis de divergências e de enfrentamento político com os ruralistas. Destacamos a defesa de uma legislação participativa, a democratização da terra, políticas de inclusão social e a luta por direitos (PALMEIRA, 1988). São dimensões que as elites patronais rurais e do agronegócio percebem no dia a dia dos trabalhos na grande política institucional. Percebem e temem a força das reivindicações.

Hoje, como resultado da enorme concentração da propriedade da terra, há uma reafirmação sem precedentes do poder do agro: poder de organização, de acumulação e de pesquisa. Trata-se, contudo de um poder que não se restringe ao poder de barganha, mas se volta à capacidade de pensar formas alternativas como, por exemplo, um novo redesenho do urbano e produção de orgânicos. O que não avança é a questão social, segundo o professor John Wilkinson, do CPDA/UFRRJ.

Contudo, o poder das elites ruralistas e do agronegócio não é absoluto. A vitória eleitoral, o exercício do mandato, o voto, as lides do Congresso Nacional, conferem poder, ainda que desigual, a todos os parlamentares. A disputa política, as divergências

existentes entre ruralistas e petistas e a possibilidade de acionar mecanismos institucionais legais impõem limites às elites patronais e ruralistas, o que em si já é um ganho. Não existe ninguém destituído de poder e ninguém com plenos poderes (ELIAS, 2001). Ganhos que também são fruto da pressão social que envolve movimentos, redes, organizações, comunidades, grupos sociais e pessoas.

É importante pensar as relações de poder e as disputas políticas existentes como processos relacionais e complementares (THOMPSON, 1987). São narrativas em disputa pela significação dos argumentos (BOURDIEU, 1989). Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas do Brasil e ex-ministro do MAPA no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista, argumentava: “O problema, professora, é que, quando falo a palavra sustentável, sou obrigado a falar de preservação do meio ambiente, melhores condições de vida e de trabalho etc”.⁴⁷ Isso é resultado da pressão dos movimentos sociais populares e de seus mediadores, que estabeleceram a necessidade de conjugar sustentabilidade com preservação ambiental e melhores condições de trabalho e de vida. Sustentabilidade, palavra política. Do mesmo modo, a violência. Durante a Nova República, a denúncia da violência da UDR impôs limites à ação patronal. “Eles conseguiram carimbar em nossa testa a palavra violência”, argumentava uma das lideranças patronais rurais diante da reação do assassinato em 1986, do Padre Jósimo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra.⁴⁸

Ou seja, se de um lado é imprescindível entender as vitórias do patronato rural e do agronegócio, de outro, também é importante resgatar os ganhos políticos de seus adversários, por menores que sejam. Na atual conjuntura de hegemonia e de ofensiva das elites patronais rurais e do agronegócio, os parlamentares petistas em disputa com os ruralistas assemelham-se aos “enfrentantes” dos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, durante a Nova República em confronto com grandes proprietários organizados na UDR. Fazem uso de seus direitos e prerrogativas como parlamentares, para, por exemplo, exigir explicações sobre a redução cada vez maior de recursos para a reforma agrária; denunciar os artifícios da Lei de Proteção de Cultivares que põem em xeque a soberania alimentar; cobrar pelos assassinatos dos povos indígenas e a criminalização do MST presente na Lei de Organizações Criminosas (SAUER, 2009; LOPES, 2020); denunciar a estrangeirização de terras e, mais recentemente, a MP nº 897/2019, conhecida como MP do Agro; o trabalho escravo; a CPI Funai/Incra.

⁴⁷ Entrevista realizada para a pesquisa Reforma do Estado, financiada pela Capes, em 1997-1998.

⁴⁸ Entrevista realizada com dirigente da UDR, numa manifestação em Brasília. O entrevistado pediu para não ser identificado.

Hoje, permanece a centralidade da questão da terra. Um dos principais embates entre ruralistas e petistas gira em torno da questão ambiental, da regularização fundiária e da defesa dos povos indígenas e populações tradicionais, comunidades quilombolas, ribeirinhos, se constituindo em atores políticos e reivindicando direitos. Um dos temores dos ruralistas é a dispersão: “é como erva daninha, eles podem brotar em qualquer lugar”, diz um dos representantes. Também temem porque são movimentos que se apropriaram da palavra “tradicional”. Não mais a sacralidade da tradição como instrumento de dominação das elites. A tradição como identidade de um povo.

Não é fácil enfrentar o adversário político em seu terreno nem usar as suas armas. Há sempre um risco.⁴⁹ Mas o poder das elites ruralistas e do agronegócio diretamente representadas no Congresso Nacional não é absoluto. O exercício do mandato confere um poder, por menor que seja, a todos os parlamentares: o poder de veto, de voto, de uso de prerrogativas legais, entre outros, passíveis de limitar interesses e o suposto “livre-arbítrio absoluto” de ruralistas e patrões.

Além disso, quem constrói muros, estabelece interdições, cria barreiras, levanta cercas e privatiza o que é público. Quem fecha as portas, tranca os portões, blinda o debate, são os parlamentares ruralistas. São as elites agrárias. É o agronegócio, orientado por uma concepção de sociedade dividida entre estabelecidos e *outsiders*, elite e massa, superiores e inferiores, ricos e pobres, humanos e sub-humanos (ELIAS; SCOTSON, 2000). O discurso do poder no Brasil é conservador porque procura impor uma noção de hegemonia como totalidade. Esquece que a hegemonia supõe o consenso.

Contudo, existe um limite para tantas interdições, barreiras e cercas, pois uma das condições para a construção da hegemonia é a incorporação de reivindicações dos grupos sociais sob os quais a hegemonia será exercida. Um imperativo que por sua vez faz florescer as condições para o surgimento de uma contra-hegemonia.

Agradecimentos

Agradeço a todos(as) que contribuíram na elaboração deste artigo: a turma do Laboratório Organização e Representação de Interesses Patronais Rurais e do Agronegócio e da disciplina Organização, Política e Poder (CPDA/UFRRJ-2019). Aos (às)

⁴⁹ Tal façanha é um dos traços das classes e grupos dominantes no capitalismo. Katia Abreu é pródiga na tentativa de atacar o inimigo com as armas do inimigo. Assim fazendo, ela cita os seus autores, versa os seus versos, empunha suas palavras de ordem e denuncia suas denúncias. De Gramsci, costuma declarar que “a política é o lugar do consenso e não do enfrentamento”, embora durante o debate sobre o novo Código Florestal, tenha se transformado em *expertise* da intolerância, desqualificando os povos indígenas. Mas, ao mesmo tempo, governada pela força das relações de reciprocidade ela e seu filho Irajá Abreu votaram contra o *impeachment* da presidente Dilma.

participantes da Roda de Conversa “Agronegócio, Ruralismo e Estratégias Políticas no Campo no Brasil Contemporâneo”, realizada pelo Núcleo de Estudo Agronegócio e Relações de Poder (NARUP/CPDA/UFRRJ) em novembro de 2019. Seus textos apresentados no debate e voltados para a reflexão sobre patronato rural, agronegócio e Congresso Nacional trouxeram uma rica reflexão sobre vários temas como, por exemplo, a estrangeirização de terras, segurança jurídica, MP do Agro, segurança alimentar, agronegócio, “jabutis”, entre outros. Agradeço ainda às colegas Ana Sagioro Garcia, pela rica reflexão e debate sobre o pensamento de Antonio Gramsci, Debora Franco Lerrer, Karina Kato, Leonilde Servolo de Medeiros e Thereza Cristina Cardoso Menezes pela participação em nossa Roda de Conversa. Ao Olavo Brandão Carneiro, por me disponibilizar a documentação do Congresso Nacional. Ao João Lagüéns (Museu Nacional/UFRRJ), ao Paulo Alentejano (UERJ) e à Regina Novaes (UFRJ e Unirio). Por fim, meu agradecimento ao Raimundo Santos (*in memoriam*), um dos principais incentivadores para que eu me adentrasse em novas searas. Quando Raimundo faleceu, guardei o texto na gaveta, e só recentemente consegui retomá-lo.

Referências

- ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. ABAG, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://abag.com.br/>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- AGÊNCIA FPA. *Frente Parlamentar da Agropecuária*, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 15, n. 2, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. Bancada Ruralista. Mimeo: Rio de Janeiro, 2019.
- ASSOCIAÇÃO TERRA E LIBERDADE. *De olho nos ruralistas*, c2020. Página principal. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/>. Acesso em: 2 set. 2020.
- ATLASINTEL. *Atlas político*, c2020. Página principal. Disponível em: <http://atlaspolitico.com.br/quem-somos>. Acesso em: 13 set. 2020.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”*: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BONELLI, Moema. *Proposições legislativas sobre desenvolvimento rural*. Brasília: MDA/NEAD, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. *Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005*. Cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 13 ago. 2020.

- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*. Ano LXXII, n. 90, 26 maio 2017. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*. Ano LXXIV, n. 160, 10 set. 2019. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019a.
- BRASIL. *Frentes Parlamentares. Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53910>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. Bancada Ruralista e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato Sergio; FLEXOR, Georges (Orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.
- BRUNO, Regina. Movimento Sou Agro: marketing, *habitus* e estratégias de poder do agronegócio. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2012. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2/8027-movimento-sou-agro-marketing-habitus-e-estrategias-de-poder-do-agronegocio?path=36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt16-2>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 284-310, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200010>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. 2002. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280093>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011). In: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2009.
- BRUNO, Regina. *Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação*. *Revista IEB*, São Paulo, n. 40, p. 69-89, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72151>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaina Tude; CARNEIRO, Olavo Brandão. *Grupos de solidariedade, frentes parlamentares e pactos de unidade e ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: REDES-IICA/MDA, 2007.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Diários da Câmara dos Deputados*, c2020. Boletins, diários e anais. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/constituente_principal.asp. Acesso em: 13 jul. 2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Quem são os deputados*, c2020. Pesquisa de deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- CARNEIRO, Olavo Brandão. *Além do Agro: ruralistas no Senado Federal*. 2020. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

- CASTILHO, Alceu Luís. Dono da mansão dos ruralistas em Brasília representa setores do agronegócio. *De Olho nos Ruralistas*, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/05/dono-da-mansao-dos-ruralistas-em-brasilia-representa-setores-do-agronegocio/>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- CASTILHO, Alceu Luís. A serpente fora do ovo: a frente do agronegócio e o supremacismo ruralista. *OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 699-707, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41337>. Acesso em: 9 ago. 2020.
- CASTILHO, Alceu Luís. *O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CONGRESSO NACIONAL. *Congresso Nacional*, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/>. Acesso em: 21 ago. 2020.
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Canal do trabalhador*, c2020. Página inicial. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representações de interesses e alinhamentos políticos. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31641>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- COSTA, Felipe Ferrari. *As dinâmicas da representação de interesses da pecuária gaúcha na Farsul: uma análise da partir dos anos de 1990*. 2017. Trabalho de qualificação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem foi quem na Constituinte – nas questões de interesse dos trabalhadores*. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. São Paulo: Cortez; Oboré, 1988.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1989.
- FERNANDES, Afonso Henrique de Menezes. *A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: transição política e classes dominantes agrárias (1986-1991)*. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6580195. Acesso em: 20 ago. 2020.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra (Orgs.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo, 2014.

- FIA – Fundação Instituto de Administração. *Pensa*, c2020. Página inicial. Disponível em: <http://pensa.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- FLEISCHER, David. A força das bancadas. 2006. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/945-a-forca-das-bancadas-segundo-david-fleischer>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *FGV CPDOC*, c2020. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- GALVÃO, Elisandra de Araújo. *A política na CNA: organização, mobilizações e inserções no Estado*. 2020. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- GASPAROTTO, Alessandra. “*Companheiros Ruralistas!*”: mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/158335>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- GERHARDT, Cleyton. *Da sociedade do agronegócio à cosmologia Agro*: subjetivação, e conquista de novos territórios. Mimeo: Rio de Janeiro, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Introducción a la filosofía de la praxis*. Barcelona: Ediciones 62, 1972.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- LACERDA, Elaine Vieira. *Brasil integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2353>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LAGÜENS, João Vicente Marques. *É dando que se recebe? Um experimento etnográfico para entender a circulação de recursos na política*. 2012. Trabalho de qualificação (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- LEITE, Luiza Chuva Ferrari. *O plano de poder da Igreja Universal do Reino de Deus: estratégias territoriais da expansão neopentecostal no Brasil*. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31761>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- LERRER, Débora Franco. O discurso de Roberto Rodrigues na Agroanalysis e o paradoxo do governo Lula. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (Orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 129-150.
- LIMA, Mayrá Silva. *Os ruralistas como elite política: hegemonia construída através do Estado e da imprensa brasileira*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- LOPES, Vanessa Ferreira. *O processo de construção da criminalização do MST na Lei de Organizações Criminosas: um estudo de caso sobre os processos judiciais propostos contra o MST em Santa*

- Helena de Goiás-GO. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) – Programa da Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. p.84-106.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios da sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil: 1945-1964*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PICOLOTTO, Everton. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*, vol. 1. 1. ed. Brasília: MDA, 2017. p. 342-366.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964/1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MONTEIRO, José Marciano. *A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. MST, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflito no campo*. Rio de Janeiro: Graphic, 1997.
- PALMEIRA, Vladimir. *A reforma agrária e a política socioeconômica do país*. Pronunciamentos. Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT e a Reforma Agrária*. Proposta. Brasília: Secretaria de Organização/Câmara dos Deputados, 1985.
- PEREIRA, Carolina de Freitas. *As agroestratégias ruralistas de desterritorialização de povos indígenas e quilombolas: (re)definindo marcos legais e usos territoriais*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- PICCIN, Marcos Botton. *Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. 458 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281005>. Acesso em: 2 ago. 2020.
- POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- PRADO, Fellipe Silva. Hegemonia do agronegócio representação política: Katia Abreu fusão de liderança política e corporativa. *IDeAS*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-116, 2018. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/185>. Acesso em: 18 set. 2020.
- RAUBER, Marcelo Artur. *A contestação do direito territorial indígena*. 2019. Trabalho de qualificação (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

- REIS, Elisa. Elites agrárias, *state-building* e autoritarismo. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982. p. 331-347.
- REPORTER BRASIL. *Ruralômetro*, c2020. Medindo a febre ruralista dos deputados. Disponível em: <https://ruralometro.reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- SANTOS, Vinicius José Ribeiro da Fonseca. *Os Guaran-Kaiowá e a elite ruralista no Mato Grosso do Sul*: as múltiplas faces de um processo de territorialização. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento de Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- SAUER, Sergio, Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares. In: PRETTO, Adão (Org.). *25 anos de luta pela terra*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009.
- SEESCOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. *Sistema OCB*, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/sescoop>. Acesso em: 2 set. 2020.
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. *CNA*, c2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- SEVÁ, Janaina Tude. *A mão que afaga é a mesma que apedreja*: preservando a natureza que é possível! Propriedade da terra, classes dominantes e representação política no Brasil contemporâneo – a reforma do Código Florestal Brasileiro de 1965. 2016. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1293>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- SEVÁ, Janaina Tude. *Classes patronais rurais e conflitos sociais*: um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://tede.ufrj.br/handle/tede/660?locale=pt_BR. Acesso em: 4 set. 2020.
- SILVA, José Graziano da. As representações empresariais na agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 29., 1991, Campinas. *Anais...* Brasília: SOBER, 1991.
- STEDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Novas realidades, velhos desafios*: o projeto revolucionário do PT face à ofensiva neoliberal. Uma proposta para a discussão. Mimeo: Rio de Janeiro, 1995.
- VELLOSO, Iva. O endereço do poder agro em Brasília. Mansão às margens do Lago Paranoá se firma como o centro das principais decisões do setor. *Plant Project*, Barueri, 6 mai. 2019. Disponível em: <https://plantproject.com.br/2019/05/agribusiness-14-o-endereco-do-poder-agro-em-brasil/>. Acesso em: 6 out. 2020.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- VIGNA, Edelcio. *A bancada Ruralista – Legislatuara 2007-2010*. Brasília: INESC, 2007.
- XAVIER, Glauber Lopes. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 131-165, 2015. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/501>. Acesso em: 16 ago. 2020.

Anexo 1

Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária – FPAA 52ª Legislatura (2003-2007)

- Acompanhar a política oficial de desenvolvimento da agricultura nacional, manifestando-se quanto aos seus aspectos mais importantes de sua aplicabilidade.
- Promover o intercâmbio com instituições semelhantes e parlamentos de outros países, visando ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas agrícolas.
- Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à agricultura nacional, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas nas duas Casas do Congresso Nacional.
- Conhecer e auxiliar na divulgação de novos métodos e processos que fomentem a agricultura nacional.
- Apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da agricultura nacional, em todos os Poderes, inclusive em questões orçamentárias nos casos das entidades públicas.

Frente Parlamentar da Agricultura Familiar – FPAF 52ª Legislatura (2003-2007)

- Promover ações com vistas à promoção de políticas públicas e aprimoramento da legislação federal para o fortalecimento da agricultura familiar.
- Realizar seminários, eventos, debates e articular e integrar as atividades da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar com as ações do governo ou da sociedade civil, voltadas para o tema do desenvolvimento rural sustentável.
- Estimular e valorizar a participação ampla e democrática da sociedade nas discussões ligadas ao tema da Frente.
- Defender a conservação e o enriquecimento da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais.
- Promover, apoiar e acompanhar a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Frente Parlamentar da Terra – FPT 52ª Legislatura (2003-2007)

- Promover a reforma agrária.
- Defender o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar camponesa.
- Promover a biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental.
- Estimular o reconhecimento do direito ao território dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco).
- Defender o cumprimento integral da Constituição Federal no que tange à função social da terra.
- Promover os direitos humanos das populações do campo, combatendo a criminalização dos movimentos sociais.
- Potencializar as lutas pela construção de um novo modelo energético, capaz de assegurar a sustentabilidade ambiental.

Como citar

BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 461-502, jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-9>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.